



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CDH 2024

MISSÃO :

INSPIRADO NOS VALORES FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA, VISLUMBRANDO UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E JUSTA, O CDH TEM POR MISSÃO A DEFESA DA VIDA, CONTRA A VIOLÊNCIA!

APRESENTAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado no país por inúmeros acontecimentos de toda ordem; podemos citar as cheias no sul do Brasil, em março, queimadas descontroladas em favor de pastagens, violência policial, principalmente em São Paulo noticiadas pela mídia e eleições em todo território nacional, fato este que inflamou novamente as polaridades. Muitos acontecimentos midiáticos ainda são reverberações dos atentados de 8 de janeiro de 2023, como se isso não bastasse, outros atentados aos Poderes executivo e judiciário vieram à tona, e o Brasil, de país pacífico tornou-se uma nação de ódio e num pacote só, foram despertados os latentes racismo e violência contra a mulher, que nunca deixaram de existir, mas que nos momentos atuais mesmo contemplados por lei, saíram das sombras e estão escancarados nas redes sociais, fomentados por ações globais de supremacia.

O CDH de Joinville no decorrer do ano, discutiu amplamente todas as temáticas mencionadas acima, nos Encontros e Oficinas em nível de abrangência estadual.

Todas as atividades contidas neste relatório estão expostas por áreas e pautas mensais, ou de acordo com as demandas por urgência e também *on line* via canal no youtube, que além de acompanhar e interagir na data da apresentação, ainda poderá ser acessado para ouvir em qualquer momento.

Este documento serve como um direcionamento para consultas no site da entidade www.centrodireitoshumanos.org.br que é o principal veículo de comunicação, onde são mostradas as atividades ao longo do ano, em forma de artigos, matérias de jornalismo informal alternativo; serve também como uma devolutiva à sociedade que busca na entidade subsídios para contextualizar uma forma de valorizar a vida.

FICHA INSTITUCIONAL

Diretoria Colegiada:

Nasser Haidar Barbosa - Coordenador Geral

Irma Kniess - Diretora Financeira

Ana Júlia Vieira

Ana Lúcia Martins

Cezônia do Nascimento

Gabriel Tambosi Neto

Guilherme Migliorini

Judith Steinbach

Luiz Gustavo Assad Rupp

Valdete Daufemback

Conselho Fiscal:

Daniel Tomazzoni

Valmor Tomelim

Vilmar Rebello

Assessorias:

Cynthia Maria Pinto da Luz (assessoria jurídica)

Lisete Freitas Vargas Ellmer (assistente administrativa do CCJ)

Lizandra Carpes (jornalista)

Nasser Haidar Barbosa (assessoria psicológica)

ENTIDADES PARCEIRAS

O Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Bráz comporta na sua estrutura física, de forma direta, o Conselho Carcerário de Joinville – CCJ, mantido por projeto próprio, o qual atua nas políticas públicas voltadas ao Sistema Prisional. O CDH também dá suporte e apoio aos Movimentos Sociais, Coletivos e organizações que promovem a valorização da vida, e que lutam por políticas inclusivas. Há também outras entidades que, apesar de não estarem na estrutura física e não dependerem do CDH, têm ações conjuntas na defesa dos direitos humanos. Elencamos a seguir:

- Centro de Estudos Bíblicos – CEBI, Ecumenismo;
- Conselho Carcerário de Joinville – CCJ, atua no Sistema Prisional;
- Fórum de Mulheres de Joinville, atua por políticas públicas para a mulher;
- Fórum da Saúde; atua na defesa do SUS;
- IELUSC, convênio com a faculdade de Psicologia;
- Igreja de Confissão Luterana do Brasil – ICELB, atua no Ecumenismo;
- Mitra Diocesana de Joinville – atua no Ecumenismo
- Movimento Passe Livre - MPL
- Movimento por Políticas Públicas de Migração;

- Movimento pela Moradia e Regularização Fundiária;
- Núcleo Nise da Silveira que atua na luta antimanicomial;
- Núcleo Ecumênico de Joinville – atua pró ecumenismo religioso e contra a intolerância religiosa;
- Pastoral Carcerária de Joinville, atua na assistência às pessoas egressas do Sistema prisional, presas e famílias de pessoas presas;
- Pastoral da Criança;
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTE;
- Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville – SINSEJ.

ÍNDICE

1. Assembleias, Encontros e Reuniões: CDH, MNDH e CEDH	09
2. Programa de Acolhimento Social – PAS	19
3. Segurança Pública (Prisional/outras)	22
4. Participação do CDH no Controle Social	29
5. Apoio do CDH em atuações de outras entidades	33
6. Ações no Aniversário da DUDH	40
7. Sugestões de Mídias	48
8. Sustentabilidade Financeira	50

PLANEJAMENTO

O Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Bráz, inicia suas atividades pelo Planejamento Anual, exceto quando algum caso de extrema urgência se apresenta de forma inesperada. Os dias do planejamento são escolhidos entre os membros da Diretoria Colegiada e Assessorias para discussão e elaboração. Cabe ressaltar que as atividades elencadas no Planejamento Anual não são todas as ações realizadas, pois o Programa de Acolhimento Social - PAS, que está inserido no CDH, o qual mede a aplicação e eficácia das políticas públicas no município, estado e país, é uma ferramenta dinâmica, que alimenta seu programa eletrônico de demandas da população para a obtenção dos mais diversos direitos. O programa citado atende de fevereiro a dezembro e faz inúmeros encaminhamentos, mas isso não quer dizer que todos os problemas acolhidos são prontamente solucionados, pois isso depende das políticas públicas de todas as esferas de governos e suas efetividades nos direitos solicitados e encaminhados.

No decorrer do ano há ainda as pautas dos Movimentos Sociais e Coletivos que tornam a agenda do CDH mais pulsante no que diz respeito às notícias que surgem sob a ótica de violações de direitos humanos no cotidiano dos grupos sociais trabalhados, exemplos: o machismo e a violência contra a mulher; saúde pública; privação de liberdade; racismo, homofobia, entre outras.

1. ASSEMBLEIAS, ENCONTROS E REUNIÕES - CDH, MNDH, e CEDH

Assembleia Geral: Em cumprimento ao Estatuto Social do CDH, no mês de março ocorre a Assembleia Geral Ordinária, em data proposta e escolhida pela Diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária são convidadas as pessoas filiadas da entidade.

O CDH é uma Organização da Sociedade Civil (OSCs) que trabalha na defesa e promoção dos direitos e bens comuns. Atua em parceria com movimentos sociais, entidades, sindicatos, lideranças populares e partidos políticos na luta por um mundo com igualdade de direitos. Fundado em 11/03/1979, são 44 anos de atuação ininterrupta, em busca de justiça social.

O CDH, na Assembleia Geral Ordinária, observa a disponibilidade dos membros da sua diretoria, assessorias e pessoas filiadas, para acompanhar, participar e dar suporte às ações e manifestações dos Movimentos Sociais, além de dar os encaminhamentos necessários para as demandas recebidas pelo PAS no Balcão de Direitos Humanos, onde as atividades são diárias.



Roda de Conversa: 60 anos do Golpe Militar de 1964

Tortura, Violência, Censura, Autoritarismo: Há 60 anos o Brasil sofria o golpe militar de 1964. Um regime que ainda assombra a vida de pessoas que tiveram familiares que foram perseguidos e assassinados, por corpos que nunca foram encontrados.

Um regime que ainda nos assombra por conta de um saudosismo de pessoas que por ignorância e sede de poder clamam por sua volta, como foi possível observarmos durante as eleições presidenciais recentes.

Uma data que foi celebrada pelas Forças Armadas do Brasil durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro.

O regime militar de 1964 foi marcado pela anulação dos direitos fundamentais como liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, repressão à oposição política perseguindo de maneira rigorosa manifestações ou ideologias consideradas comunistas entre inúmeras outras ações brutais.

Os crimes da Ditadura Militar de 1964 continuam impunes até hoje por conta da Lei da Anistia no período pós-ditadura. A impunidade e o não reconhecimento das violações de direitos humanos favorecem práticas autoritárias até os dias de hoje no país, famílias e vítimas do regime ficaram sem reparação pelos crimes cometidos. O que restou deste período foi uma reprodução deturpada que exalta o regime militar e inflama o senso comum e apelos populares manipulados para a volta deste regime.

Nos dias de hoje, o que precisa ser feito para que a educação para um Estado Democrático de Direito e os crimes da Ditadura Militar de 1964 sejam reparados? Que ações tanto dos movimentos e organizações sociais como do poder público podem contribuir para reescrever a história do país trazendo elementos que condenem as ações da ditadura no Brasil?

É nosso dever, como defensores dos direitos humanos, lutar pelo direito à memória e à verdade para que golpes de Estado contra o povo, sobretudo o povo trabalhador, jamais se repitam.

Memorizar para que não se repita

Roda de conversa pelo aniversário de 60 anos do Golpe Militar de 1964.



Reuniões: As reuniões no ano de 2024, aconteceram na sede da entidade presencialmente, ou de forma híbrida, sempre respeitando a disponibilidade de data acordada por seus membros do Colegiado, a partir do mês de março.

Também, à medida das demandas, foram realizadas *lives* no seu canal do youtube que serão elencadas no decorrer deste Relatório de Atividades.

Em 2024, em exemplo de anos anteriores, defensores de direitos humanos no Brasil e também em outras partes do mundo, sofreram ataques violentos e fatais por se posicionarem em favor dos direitos constituídos, tanto da Constituição Federal, quanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de DH

A população vive um período de muitos ataques, onde as violações dos direitos humanos parecem ser naturalizadas por grande parte da população e instituições. Na defesa destes direitos, o CDH se organiza para construir estratégias de proteção popular das defensoras e defensores de direitos humanos, como o caso do PROJETO SEMENTES DE PROTEÇÃO DE DEFENSORES/AS DE DIREITOS HUMANOS.

Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH

O Centro dos Direitos Humanos de Joinville – CDH, é integrante do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH desde a sua fundação. Participa ativamente de todas as pautas e agendas, direta ou indiretamente, como sociedade civil pela garantia de direitos constitucionais e declarados na DUDH.

6ª. Conferência Estadual de Direitos Humanos

Importante momento em um estado extremamente conservador, na perspectiva de mudar um projeto de governo de retrocessos e negacionismo.

Abertura da 6ª. Conferência estadual de Direitos Humanos.





Direitos Humanos e o enfrentamento ao neonazismo em SC

Sérgio Homrich

A missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos realizou em (10/12), na UFSC uma reunião com o CEDH e militantes sociais da SC com o objetivo de debater e investigar in loco a disseminação das células nazistas em SC. A denúncia partiu da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no ano passado, e a investigação passou a ser feita em todo o país. Conforme pesquisa realizada pela Unicamp, já são 63 células neonazistas identificadas em Blumenau, onde a equipe estará acompanhada do relator especial Carlos Nicodemos, que atribui esse fenômeno mundial ao discurso de ódio e pensamento fascistas típicos de estados totalitários, que tem tudo a ver com violação dos Direitos Humanos. Concluído, o relatório será enviado à ONU, que tem um departamento específico para identificar e estudar o crescimento do nazismo no mundo, e para o governo brasileiro. Objetivo principal do relatório é enfrentar esse problema vivenciado hoje no Brasil e no mundo.

Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH

Conselho Nacional dos Direitos Humanos debate células neonazistas em SC. Transmissão completa pelo youtube.



Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH

Em janeiro de 2024 o MNDH Brasil celebra 42 anos de atuação na luta por direitos humanos no Brasil. Renova seus compromissos de atuação.



NOTA DE REPÚDIO **Povo indígena Xokleng**

O Movimento Nacional de Direitos Humanos – SC (MNDH-SC) vem a público manifestar seu repúdio e exigir providências por parte das autoridades federais para apurar o assassinato do jovem indígena Xokleng, Ariel Paliano, de 26 anos, encontrado morto na manhã do dia 27 de abril, na terra indígena Laklãnô/Xokleng em Santa Catarina.

O jovem estava sozinho em casa enquanto sua mãe e padrasto participavam de atividades do Acampamento Terra Livre em Brasília.

Os Xokleng são um grupo de indígenas que moram na Terra Indígena Xokleng Ibirama Laklãnô, situada nos municípios de José Boiteux e Vitor Meireles. Existem nove aldeias, onde vivem 496 famílias que durante anos tiveram suas terras invadidas pelos não indígenas. A saga dos Xoklen No Alto Vale do Itajaí deu origem ao julgamento do Marco Temporal no STF.

O assassinato ocorre em meio a conflitos entre a comunidade Xokleng e fazendeiros locais, que permanentemente invadem a reserva, ameaçando a comunidade com tentativas de execução, tiros e terrorismo cometidos por não indígenas.

A trágica morte de Ariel destaca a urgência de abordar as questões de segurança e direitos das comunidades indígenas, não só em Santa Catarina, mas em todo o país e da necessidade contínua de proteger seus direitos e suas vidas.

É preciso investigar o crime com a maior prioridade e transparência para identificar e punir as pessoas responsáveis por esta morte, para que não mais se repita e outras vidas humanas sejam ceifadas, pois não há dúvidas de que o foi uma execução encomendada, premeditada, cometida com crueldade e violência, com o único objetivo de intimidar para favorecer interesses ilegais. Dias atrás, em função de denúncias de ameaças e até tiros contra famílias, as lideranças indígenas já haviam solicitado a presença policial no local.

O crime ocorreu quando muitos Xokleng estavam em Brasília, participando de uma mobilização nacional que reivindica a demarcação de terras. Momento em que o Marco Temporal voltou a tensionar os indígenas de todo o país.

É preciso que a FUNAI cumpra seu papel de proteger os direitos da população indígena e as autoridades não se furtem a punir os responsáveis, única forma de inibir a ação de criminosos e promover a defesa dos povos indígenas em Santa Catarina.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta sua preocupação diante da insegurança jurídica causada pela Lei 14.701/2023. A Lei do Marco Temporal instituiu a tese do marco temporal como critério para execução dos procedimentos de demarcação de terras indígenas.

É urgente que o STF declare a inconstitucionalidade desta lei e enterre a tese do marco temporal, que fere cláusulas pétreas e inviabiliza o adequado cumprimento das normas administrativas de demarcação das terras indígenas.

A medida legislativa ataca direitos originários, inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis.

MNDH-SC
Contato: cdh@terra.com.br

Participação do CDH no MNDH

Participação da Assessora Jurídica do CDH, em novembro de 2024 no Seminário do Fórum DH Saúde, representando o @mndhbrasil onde foi concluída a primeira etapa da sistematização da experiência de monitoramento do acesso à saúde pelas pessoas encarceradas nas unidades prisionais de Joinville.



2. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO

SOCIAL - PAS

Programa de Acolhimento Social - PAS

O Programa de Acolhimento Social – PAS do CDH é, sem dúvida, a ferramenta que mais reflete o desgaste de quem procura por seus direitos garantidos, na Constituição Federal - CF (1988) e Declaração Universal de Direitos Humanos - DUDH (1948). Segundo os registros do PAS, muitas pessoas já passaram por atendimentos em outros equipamentos públicos, por meio dos serviços ofertados, mas quando procuram o CDH, é por que ainda não tiveram suas demandas atendidas. Dentre todas as atividades do CDH, as demandas do PAS têm papel influenciador para que todas as outras ações aconteçam, pois o referido programa reflete basicamente a procura por direitos que, em algum momento, foram violados, sem medir a tristeza, o desespero e desesperança para continuar a vida, por parte da pessoa em risco social que ali se encontra.

O Programa de Acolhimento Social – PAS, é uma ferramenta permanente durante todo o ano, exceto no recesso que compreende 1 mês, sendo o período natalino e no mês de janeiro.

Cabe aqui dar ênfase à importância dos atendimentos do PAS quanto ao sigilo de dados e seus encaminhamentos para outras instituições que oferecem atendimentos que causam resoluções para as demandas das pessoas.

As ações do PAS sustentam as buscas do CDH para as inúmeras atividades em bairros, escolas, grupos de pessoas, aldeias e outras reuniões específicas. Essas atividades dão corpo para busca de temas para a escola de Formação Popular em Direitos Humanos, bem como impacta em ações do Fórum de Mulheres de Joinville – FMJ, Conselho Carcerário de Joinville – CCJ, entre outras frentes.

Dentro do Programa de Acolhimento Social – PAS, algumas atividades são realizadas e desenvolvidas para esclarecimentos e fortalecimentos dos serviços ofertados pelos equipamentos de atendimentos no município de Joinville.

Os temas mais comuns dentro do Programa de Acolhimento Social – PAS são:

- Violações de direitos constituídos no que tange a regularização fundiária, erradicação da Violência contra as mulheres; contra apenados/as, racismo, entre outras.

Para debater alguns temas, são promovidos debates, rodas de conversa, lives, entre outras formas do público participar.

No evento “Outubro não tão Rosa”, foi realizado um debate em formato mesa redonda, composta por diversas profissionais, compartilhando suas experiências relacionadas à saúde mental, violência contra mulher e direitos reprodutivos.



3. SEGURANÇA PÚBLICA

3.1 SEGURANÇA PÚBLICA – AÇÕES DO CCJ

O Conselho Carcerário de Joinville – CCJ, é uma instituição composta por diversas entidades, regido por estatuto social próprio e diretoria registrada em cartório da Comarca do município de Joinville. Sua sede está localizada na Rua Plácido Olímpio de Oliveira, 660, Bucarein,

Reuniões: As reuniões do CCJ são realizadas no período vespertino de data acordada no início do ano.

Visitas de Inspeção Prisional: As visitas de inspeção prisional, também está sob a luz da legislação, tanto no seu Estatuto Social, quanto na Lei de Execuções Penais – LEP. As visitas geralmente, exceto por algum contratempo, são realizadas no período matutino do dia da reunião, sempre acordadas com os diretores das instituições penais que fazem parte do complexo prisional de Joinville.

Nas visitas o CCJ e membros da Pastoral Carcerária de Joinville, da igreja católica, que também tem assento no Conselho, seguem protocolos de verificação de instalações e seus serviços pautados na garantia dos direitos humanos, como:

- saúde e imunização
- maternidade e creche (ala feminina)
- segurança alimentar

- trabalho para inserção socialmente
- leitura para remição de pena (Biblioteca)
- condições de cela
- tortura, entre outros itens.

Campanhas do CCJ

Em 2024 o Conselho Carcerário de Joinville – CCJ efetivou as campanhas de arrecadação abaixo: . Entre em contato pelo whatsapp disponível nos cards e agende sua doação. Doe, curta, compartilhe! Conselho Carcerário de Joinville

<https://www.conselhocarcerariojlle.org.br/campanhas.../Cons>

ARRECADAÇÃO DE LIVROS PARA REMIÇÃO DE PENA

O Conselho Carcerário de Joinville (CCJ) realiza campanhas de arrecadação de livros para abastecer as bibliotecas das unidades prisionais com o objetivo de promover o hábito da leitura entre as pessoas presas e contribuir com o projeto Remição de Pena por meio da Leitura.

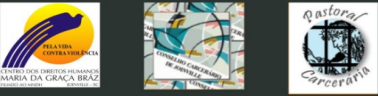
Devido a necessidade constante de reabastecer as bibliotecas das unidades prisionais a campanha será permanente.

INFORMAÇÕES:
(47) 99172-8881

REALIZAÇÃO:
CONSELHO CARCERÁRIO DE JOINVILLE

DEVEM SER LIVROS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E DE LITERATURA EM GERAL: ROMANCES, NOVELAS E CONTOS.

A LEITURA É A MELHOR MANEIRA PARA COMBATER A INJUSTIÇA.



Participe da nossa campanha de arrecadação!

CADERNO BROCHURA 1/4

Material Escolar

- tinta guache e acrílica
- pincéis
- telas para pintura tam G
- lápiz de cor e giz de cera
- colas coloridas
- tesouras infantis
- cartolinas
- sulfites
- papel cartão colorido

PROTETOR SOLAR

Contato pelo whatsapp
(47) 3025-3452
www.conselhocarcerariojlle.org.br/



O CCJ ESTÁ REALIZANDO UMA CAMPANHA

DOE

BRINQUEDOS NOVOS E USADOS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO

PARA A BRINQUEDOTECA DAS UNIDADES PRISIONAIS DE JOINVILLE

INFORMAÇÕES E AGENDAMENTOS PARA ENTREGA NO CONTATO
WHATSAPP: (47) 3025-3452

www.conselhocarcerariojlle.org.br/

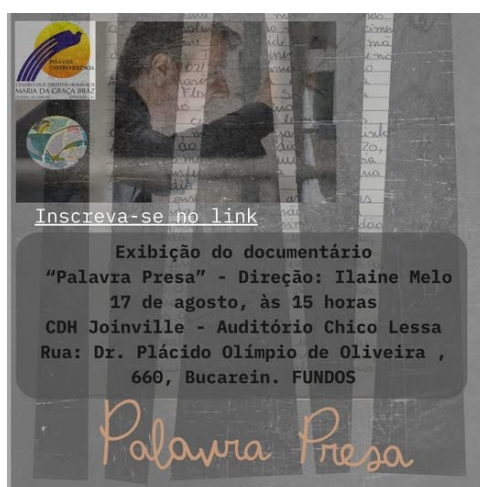


Ação Conjunta

O Centro dos Direitos Humanos de Joinville (CDH) em parceria com o Conselho Carcerário de Joinville (CCJ) realizaram no sábado 17 de agosto de 2024 a exibição do documentário “Palavra Presa”. A atividade aconteceu no auditório do CDH e reuniu 50 pessoas. O documentário fala sobre a vida e trabalho do Juiz Dr. João Marcos Buch (JMB) em sua trajetória na Vara de Execução Penal em Joinville. Confira: <https://www.conselhocarcerariojlle.org.br/?p=722...>



Auditório do CDH





Delicioso e participativo debate no dia 15 de outubro de 2024 sobre as condições da mulher encarcerada nas unidades prisionais femininas de Santa Catarina, com alunos e alunas do Curso de Enfermagem do Ielusc, com a querida professora Valdete Daufemback. Momento proveitoso, que descortina um mundo novo para jovens estudantes.

Projeto Ação de Natal CCJ

Assim como em todos os anos, o CCJ programou com a direção do Complexo Prisional para a distribuição de mini panetones para os internos e também para os funcionários das instituições.

4. PARTICIPAÇÃO DO CDH NO CONTROLE SOCIAL

4.1 Erradicação da Violência contra as Mulheres

O Centro dos Direitos Humanos de Joinville – CDH, participa efetivamente do Fórum de Mulheres de Joinville - FMJ, desde a fundação do referido Fórum, e do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres. Dentre as ações do CDH nos referidos espaços, estão as atividades para combater e vislumbrar a erradicação da violência contra as mulheres, muitas demandas passam pelo Programa de Acolhimento Social – PAS e essas ações estão inseridas nos mais variados tipos de violência. Podemos citar: violência na maternidade, racismo, enquadramentos na Lei Maria da Penha, violência institucional, vexatória no cárcere e visitas, entre outras.

A violência contra a mulher vem se intensificando a cada dia no país, e em nossa cidade não é diferente; a violência se manifesta de inúmeras formas, pois quando se é negado qualquer direito, efetivamente à mulher, esta fica comprometida. São elas as pessoas que mais sofrem quando não têm onde deixar filhos quando precisam ir trabalhar, no cárcere quando das visitas, são as mães e companheiras que denunciam, que passam por revistas porque são mais assíduas, também sofrem pela falta de moradia, sem contar as violências físicas e psicológicas que enfrentam.

No tema erradicação da violência contra a mulher, a agenda do CDH conta com outras organizações e movimentos para contribuir com possíveis conscientizações da população em geral, seja na participação dos eventos, seja pelos canais de mídias sociais e também na contribuição como palestrantes e/ou entidade convidada. Também o CDH em suas falas, quando é convidado pela mídia e para palestrar em eventos por meio de seus ativistas e militantes em direitos humanos se posiciona contra todas as formas de violências.

Jornalismo e a abordagem sobre Violência contra a mulher

No dia 22/05 (quarta-feira), às 19h, no CDH, os acadêmicos da 1ª fase de Jornalismo da Faculdade Ielusc receberam convidadas especiais para abordar sobre o cenário da violência contra a mulher em Joinville. Ao vivo pelo canal do YouTube 👉 <https://youtube.com/@centrodosdireitoshumanos>

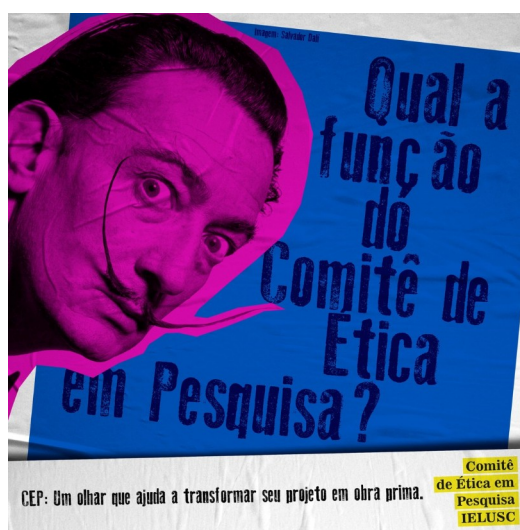


4.2 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Ielusc

O Centro dos Direitos Humanos participa do Comitê de Ética em Pesquisa do Ielusc, na qualidade de representante do participante da pesquisa - RPP, o que confere à entidade um olhar atento ao referido público.

Em 2024 todas as reuniões foram realizadas presencialmente na sede do Comitê de Ética em Pesquisa do Ielusc – CEP Ielusc, situado na Rua Princesa Izabel, 438, centro, no segundo andar do Centro Cultural Deutschle Schule. O calendário de reuniões está disposto no site do Ielusc. Ao todo são 11 reuniões ordinárias e extraordinárias quando necessárias. O CEP entra em recesso no mês de

janeiro, voltando suas atividades no mês de fevereiro, quando promove sua capacitação interna aos membros do Colegiado na primeira reunião do ano e promove também um Seminário Anual no segundo semestre, destinado aos estudantes, professoras e professores e para membros de outros CEPs que queiram participar e se aprofundar, dependendo da temática que é escolhida geralmente nas primeiras reuniões.



A página do CEP, site do IELUSC, também conta com todas as legislações pertinentes a pesquisa e a Cartilha da/o Participante da Pesquisa, a qual o CDH representa.

5. APOIO DO CDH (atuações de outras entidades)

Assembleia Geral Ordinária da ACSJSC

A Associação da Comunidade Surda de Joinville-SC (ACSJSC), convocou por meio do Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da ACSJSC. Realizada no dia 24 fevereiro, as 15 horas.

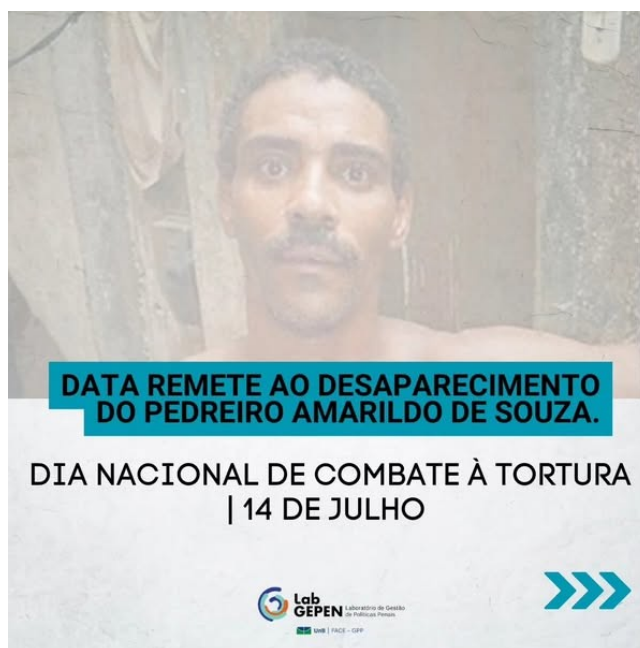
O evento foi realizado no auditório Chico Lessa na sede do Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Bráz.



Tortura Nunca Mais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 14.797, que institui o Dia Nacional de Combate à Tortura, celebrado em 14 de julho. A data remete ao caso de Amarildo de Souza, ajudante de pedreiro torturado e morto por agentes da UPP na Rocinha, em 2013. A iniciativa reforça o compromisso do Brasil na prevenção e combate à tortura.

Além disso, no dia 4 de julho, foi recriada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos na Ditadura Militar. Criada em 1995, a comissão foi restabelecida para garantir a continuidade dos trabalhos de busca e identificação das vítimas do regime militar. A procuradora Eugênia Augusta Gonzaga foi nomeada presidente, junto com Rafaelo Abritta, Maria Cecília de Oliveira Adão e Natália Bastos Bonavides.



Palestina Livre

A Frente Palestina Livre de Santa Catarina em parceria com o PSOL-Joinville e do Comitê de Solidariedade ao

Povo Palestino de Joinville promovem o evento "A Questão Palestina: história e resistência" com a presença de:

- Ualid Rabah, presidente da FEPAL
- Prof Dr Muhamad Husein, coordenador da Rede Universitária de Solidariedade ao Povo Palestina
- Ma. Giovana Vial, advogada de Direitos Humanos e comunicadora do Opera Mundi - diretamente do Líbano.
- Luiz Gustavo Assad Rupp, advogado, professor e membro da Comissão de Direitos Humanos de Joinville. Esse grande encontro realizou-se no dia 06/12/24, às 18h30, no SINSEJ, com transmissão ao vivo via Instagram.



 Ma. Giovana Vial Advogada/USP e Comunicadora do Opera Mundi com transmissão diretamente do Líbano.	 Luiz Gustavo Assad Rupp Advogado, professor e Membro do Colegiado do CDH/Joinville.	 Ualid Rabah Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil. (FEPAL)	 Professor Doutor Muhamad Husein Coordenador da Rede Universitária de Solidariedade ao Povo Palestino e da FPLSC.
--	---	--	---

A QUESTÃO PALESTINA : HISTÓRIA E RESISTÊNCIA

06/12/2024
Sexta-feira
Às 18:30h no SINSEJ
Rua Lages, 84- Centro - Joinville-SC

Organização:
 

Encontro CEBI 09/11/2024



CEBI Coordenação 2025



FÓRUM INTERSETORIAL PATRIMÔNIOS, MUSEUS, E FORMAÇÃO EM CULTURA

30 DE NOVEMBRO

PAUTA

- Abertura;
- Apresentação das Conselheiras Eleitas Gestão 2024-2026;
- Patrimônio, democracia e direitos humanos - Luis Gustavo Assad Rupp;
- Mapeamento da produção acadêmica sobre o patrimônio cultural catarinense - Lilian Fabre;
- Exposição das Setoriais;
- Discussão e proposição de agenda para as setoriais;
- Eleição para Conselheiro(a) Suplente da Setorial de Patrimônio Material;

ONDE: CDH - R. DR. PLÁCIDO OLÍMPIO DE OLIVEIRA, 660 - BUCAREIN
HORÁRIO: 14 ÀS 18H

No dia 08 de novembro de 2024, aconteceu em Brasília uma celebração inter religiosa para marcar os cinco anos da liberdade do Presidente Lula. Neste encontro estavam presentes representantes religiosos que foram visitar Lula na prisão. Entre eles nosso amigo Pastor Inácio Lemke. Neste importante reconhecimento e memória desse período, Lula agradece cada um e cada uma que o visitou no cárcere.



6. AÇÕES PELO ANIVERSÁRIO DA DUDH

Seminário Direitos Humanos em Pauta



1º SEMINÁRIO
DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

09h **Abertura: Min. Eugênio José Guilherme de Aragão**
Sistema de Justiça X DH

09h **Experiências. Possibilidades. Acessibilidade do Direito Humano à Moradia. Conflitos coletivos.**
Comissão de Solução Fundiária do TJSC. Desembargador João Eduardo de Nadal. REURB-S e Programa Minha Casa Minha Vida. Defensor Público Marcelo Scherer. Programa Lar Legal. Desembargador Selso de Oliveira.

12h **Almoço**

1º SEMINÁRIO
DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

16h **A gente não quer só comida: CCCC = Comida, Cultura, Campo, Cidade**
Lucilio Ravanello e Nelson Motta.

16h30 **Educação como Direito dos Povos do Campo, das Águas, das Florestas e das Periferias Urbanas**
Professora Natacha Eugênia Janata e Francisco Canella

17h **Vidas em Risco: a Luta do Povo Lakião Xokleng em SC**
Nandja Schirlei da Rocha. Mediadora Etli Camargo

1º SEMINÁRIO
DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

17h30 **Vidas em Risco 2: Negros na Mira das Armas**
Vereadora Ana Lucia Martins e Cynthia Maria Pinto da Luz (DH Monitoramento)

18h **Vidas em Risco 3: Comunidade LGBTQI**
Alexandre Bogas F. Gastaldi e Elaine Sallas

18h30 **Vidas em Risco 4: População em Situação de Rua**
Aline Sallas e Diego Lopes Costa

19h **Vidas em Risco 5: Mulheres Criminalizadas**
Daniela Felix e Grazielly Alessandra Baggenstoss

1º SEMINÁRIO
DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

19h30 **Formatura Curso Lideranças Comunitárias**

20h **ENCERRAMENTO: IGENTES – 6 anos história e realizações**

Texto: jornalistas Sérgio Homrich e Maria Helena Moraes

Atividade realizada na Assembleia Legislativa marcou o Dia Internacional dos Direitos Humanos

Florianópolis – No Dia Internacional que marca os 46 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, centenas de pessoas se reuniram para reafirmar que a luta por melhores condições de vida para toda a população não pode ser apenas um sonho. Centenas de pessoas participaram desse voto coletivo em favor da humanidade, durante o 1º Seminário intitulado “Direitos Humanos em Pauta”, promovido pelo Instituto Igentes - Gentes de Direitos e MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos de SC. O Seminário ocorreu durante todo o dia, no auditório Antonietta de Barros, na Alesc, em Florianópolis e também marcou o aniversário de seis anos do Igentes. O cerimonial ficou a cargo da jornalista Lizandra Carpes, do CDH “Maria da Graça Braz”, em Joinville.

Profissionais das mais variadas áreas, em especial da Educação e do Direito, deram o tom ao Seminário apresentado em forma de um grande painel, dividido em 10 assuntos de relevância quando se fala em direitos humanos. Os temas envolveram as situações onde a violação de direitos tem sido uma constante e foram apresentados em duplas, formadas por pessoas com experiência nas áreas em debate. A coordenadora do Igentes, advogada Celina Duarte Rinaldi salientou que ainda temos direitos humanos em Santa Catarina, “apesar do nazismo, do trabalho escravo e do feminicídio”, e lembrou que, em nosso Estado, o PIB também é alto e esse é um motivo que justifica respostas mais efetivas na reparação das violações de direitos e punição aos criminosos.

O Conselho Estadual de Direitos Humanos, de Psicologia e outras entidades representativas, apoiaram o Igentes na realização do Seminário, assim como os Centros de Direitos Humanos no estado, em especial o de Joinville “Maria da Graça Braz”, representado pela militante histórica Irma Kniess e pela advogada Cynthia Maria Pinto da Luz, que foi uma das palestrantes convidadas, além de outros diretores que fretaram uma Van para irem à capital. De acordo com Cynthia, que milita e advoga em favor dos direitos humanos há 40 anos, a necessidade agora é reverter todas as mazelas deixadas pelo negacionismo e falar bem alto que “esse não é o país que nós queremos”. A presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Erli Camargo lembrou das dificuldades de instalação do CEDH/SC e convocou todos à filiação ao Conselho.

O Seminário foi uma realização do Instituto Igentes, correalizado pelo MNDH/SC com apoio das organizações IT Cidades, Ocupas/SC, CEDH-SC, CDH Brusque, CDDH Blumenau, CDH Jaraguá do Sul, CDH Joinville, CDH Itajaí, Arquitetura da UFSC, ISTEPO, Cáritas, MMM, Rede Ecosol, Despejo Zero, IBDU, Fórum de Mudanças Climáticas, UFECO, Comitês de Cultura de SC, SAJU, IEG, IMDH, Geca, Rede Ecovida, Arco Iris, Instituto Caeté, ADEPESC, Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Carcerária, Sintrafesc, CRP12, MST, ICJ, RENAP, MAB, ICJ, MLB, Pastoral das Favelas, Baiacu de Alguém, Fórum de Mulheres do Mercosul(Lages), FINER, Portal Catarinas, Acontece Arte e Política LGBTI+, Instituto Vilson Groh, Rádio Campeche.

Temas abordados no Seminário

No total, foram 10 temas apresentados e debatidos durante o Seminário “Direitos Humanos em Pauta”:

Eugênio Aragão (palestrante on line),

Sistema de Justiça x Direitos Humanos: com ênfase na violência policial contra pessoas negras, jovens e pobres da periferia. “A Polícia brasileira é um resquício do capitão do mato”. “Direitos Humanos começou como palavra de ordem e hoje é fundamental, positivado”. “Temos que cobrar do governo as metas em relação aos direitos humanos”. “Está mais do que na hora de fazermos a Conferência Nacional de Direitos Humanos para uma nova versão do Plano Nacional dos Direitos Humanos”.

Defensor Marcelo Scherer e desembargador Selso de Oliveira.

Luta por moradia: salientando que a moradia é um direito fundamental e que 42% das moradias do país não são adequadas. “Não entendo como um juiz manda cortar luz. Se o mundo perfeito não existe, pelo menos se garanta alguma coisa, como título de propriedade”.

Alessandra Fonseca (professora de Oceanografia UFSC), com mediação de Tânia Slongo (MNDH).

Racismo ambiental e emergência climática: as consequências da destruição da natureza recaindo de forma desproporcional sobre grupos segregados. “A alteração climática é causada pela forma de consumo da sociedade moderna”. “10% dos mais ricos emitem 50% do carbono”. “Estamos na 6ª extinção em massa do planeta, desta vez, gerada pelo ser humano”. “Embora o clima extremo atinja a todos, nem todos têm a mesma capacidade de enfrentá-lo”.

Enviarei ainda a entrevista em áudio feita para o Informa Luta com Alessandra Fonseca.

Pedro Baldissera (on line) falou sobre

Agroecologia: reconhecimento de que a alimentação é a base do direito humano fundamental e que o alimento pode ser um remédio ou um veneno. “Falta regulamentar o projeto já aprovado que prevê o Canabidiol no Sistema Público de Saúde”. Experiência piloto em Campo Erê, no meio oeste, para o cultivo de plantas medicinais fitoterápicas. Natasha Janatta (Professora de Educação da UFSC), com mediação de Francisco Canella (Professor Udesc).

Educação como direito humano: a principal causa da evasão escolar entre crianças e adolescentes é a pobreza. A Constituição nos dá o direito, mas não nos dá o acesso à educação. “Estamos vivendo um intenso fechamento das escolas do campo em Santa Catarina. As escolas do campo também têm que ter qualidade”. “Educação é investimento, não é gasto”.

Desembargador João Marcos Buch, com mediação de Luzia Cabreira.

Segurança Cidadã: como ter felicidade sem segurança? Crescimento gigante do bolsonarismo dentro da segurança pública (800 políticos eleitos no último pleito são policiais). “Trata-se do policialismo na política”. “A ocupação de espaços é uma atitude relevante que deveria ser feita pela Justiça”. “Como ter felicidade sem segurança”? Perguntam os moradores do Morro do Mocotó, onde 80% são negros.

Lucidio Ravanello (MST) e Nelson Motta (Pescadores da Cultura).

Cultura: necessidade de aprovação de leis de incentivo à Cultura, como a lei Cultura Viva de Santa Catarina; dismantelamento da cultura a partir do governo Temer, pandemia e Bolsonaro e a retomada com o atual governo de Lula. “A cultura tem papel estratégico na articulação das políticas públicas”. “Direito à alimentação é o primeiro direito do ser humano”. “No capitalismo, o alimento deixa de ser um direito e passa a ser mercadoria. Comer é um ato político”.

Erli Camargo (CEDH) e Nasser Haidar Barbosa (CDH Joinville).

Conselhos de direitos: “As pautas que preocupam: qual a atribuição dos conselhos de direitos? Nosso Conselho é diferenciado porque dialoga com todos os outros conselhos. Nunca ficamos parados, estamos no quarto mandato do CEDH.

Lino Bragança Peres (arquiteto, pesquisador do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de SC) e Maria Inês Sugai (professora de Arquitetura da UFSC).

Cidade à venda: direito à moradia digna (processo de verticalização, especulação imobiliária, manutenção da desigualdade). “90% dos brasileiros ganham menos do que R\$ 3.422,00 ao mês”. “Florianópolis é uma das cidades mais segredadas do país, onde ocorre o desmonte do estado, que entrega tudo para a burguesia, abriram as portas do estado para a burguesia sem nenhum compromisso com qualquer direito, a saída é um movimento, ação concreta”. “Verticalização das construções significa o aumento do poder imobiliário”.

Cynthia Maria Pinto da Luz (advogada, militante do CDH Joinville), com mediação de Sérgio Homrich (jornalista, coordenador do CDH Jaraguá do Sul).

Assédio judicial e violência política: 60% das candidatas sofrem violência política de gênero. “A prática do assédio judicial tem o intuito de inverter o processo e tornar o criminoso uma vítima”. “Boa parte do Ministério Público é de direita e utiliza os mecanismos legais para criminalizar. Por que pessoas fazem isso e acham que são intocáveis?” “Sou otimista, apesar de tudo, nossa tarefa é concreta: nos instruímos, reaprender a lutar juntos, retomar as velhas bandeiras”.

Cunllung Teie (Cacique Kokleng, Rio Grande do Sul).

Vidas em Risco – Indígenas.

Denúncia sobre a construção da Barragem de José Boiteux em terra indígena. “Nunca tivemos nossos direitos respeitados, nem como indígena, nem como cidadã brasileira”. “Aqui, peço justiça, queremos que as leis dos brancos abranjam também os indígenas, como a Lei Maria da Penha, o ECA”. “Somos desprezadas, desassistidas pelo governo. A escola foi imposta para nós, fui proibida de falar a minha língua”.

Enviarei ainda a entrevista em áudio feita para o Informa Luta com a cacique Cunllung. José Bento Rosa da Silva (advogado e professor), com mediação da advogada Cynthia Pinto da Luz.

Vidas em Risco – Negros na mira das armas: “temos a pele ‘alva’ e a pele ‘alvo’”. “Criaram justificativas religiosas e pseudocientíficas para desumanizar os negros e os índios”.

Elaine Sallas e Alexandre Bogas Gastaldi (CDH, Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+ Brasil)

LGBTQIA+: apresentação do dossiê 2024 “Quando o preconceito mata”. Crimes de ódio contra a população LGBTQIA+ somaram 5.865 mortes, de 2000 a 2023. De 2019 a

2023, foram 26 assassinatos ligados à lgbtfobia em Santa Catarina. Uma morte a cada 38 horas no Brasil.

Diego Lopes Costa (CDH Itajaí) e depoimento de Fábria (ex-moradora de rua, 52 anos, recebeu ajuda da Pastoral do Povo da Rua e hoje milita pela vida e pela eficácia das políticas públicas). População em Situação de rua: Em Santa Catarina, são 14.422 moradores em situação de rua e, em Florianópolis, 2.277, porém, são dados subnotificados. Mais de 80% são adultos e homens. Houve aumento da população venezuelana nas ruas. A pessoa é vista como ameaça e sofre violências de toda ordem.

Daniele Félix (advogada, palestrante) e Sônia Coelho (mediadora), do Movimento Feminista.

Vidas em Risco – Mulheres criminalizadas: feminismo é visto como um inimigo a ser atacado. A PEC 164 vai impedir que as mulheres tenham acesso ao aborto, gerando clandestinidade, vulnerabilidade e, conseqüentemente, criminalizando as mulheres. Criança não é mãe, estuprador não é pai. “A questão de gênero é fundamental para discutir as desigualdades”.





7. SUGESTÕES DE MÍDIAS

Lançamento



EDITORA
ACADÊMICA
DO BRASIL



**Paulo César
Carbonari**

Selo: Saluz
Páginas: 76
Formato: 14 x 21 cm
ISBN: 978-65-85133-28-9

**Disponível para
download gratuito
no site da EAB Editora**

www.eabeditora.com.br/catalogo/



Para acesso direto à publicação baixar de
<https://eabeditora.com.br/.../educacao-em-direitos-humanos/>

8. SUSTENTABILIDADE

FINANCEIRA

Acesse o site e preencha a ficha de autorização! O CDH precisa ter recursos para manter a autonomia da entidade e para poder sempre atuar de forma independente e de acordo com os exclusivos interesses daqueles que defendemos.



CENTRODIREITOSHUMANOS.ORG.BR

Convênio de Doação com a Celesc | Centro de Direitos Humanos

Utilize o TERMO DE CONVÊNIO DE DOAÇÃO com a CELESC para contribuir financeiramente com o CDH através de descontos em contas de luz, devidamente autorizados, a título de contribuição para a manutenção da entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Atividades do CDH tem o objetivo de mostrar aos interessados, a importância dos trabalhos da entidade na fiscalização das políticas públicas vigentes nas três esferas de poder, bem como trazer à luz o quanto precisamos caminhar para que os direitos das pessoas, com base na equidade, sejam efetivos e a atuação dos equipamentos públicos seja eficaz.

As ações planejadas no início do ano pelo Colegiado do CDH são um norte para trabalhar o inesperado do que vem no decorrer do ano.

Este Relatório também tem o intuito de validar pesquisas em diversas épocas, já que ele é um documento histórico apreciado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina para obtenção do certificado de utilidade pública estadual.

Muitas das atividades que fazem parte deste Relatório 2024 não são totalmente novas, pois quase tudo existe em leis, mas o descumprimento ainda é muito frequente.

Todas as *lives* contidas neste Relatório de Atividades estão disponibilizadas no canal do Centro dos Direitos Humanos de Joinville no *youtube*, além de materiais exibidos na página do CDH e no *facebook*. Este Relatório de Atividades será anexado no site da entidade www.centrodireitoshumanos.org.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Bráz - CDH de Joinville
www.centrodireitoshumanos.org.br
2. [https/Movimento Nacional de Direitos Humanos \(mndhbrasil.org\)](https://Movimento Nacional de Direitos Humanos (mndhbrasil.org))
3. <https://www.conselhocarcerariojlle.org.br>
4. <https://www.gov.br/.../conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>
5. www.ielusc.br/comitedeetica